



TOLEDO – PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO - PARANÁ - PR

Técnico Em Enfermagem

EDITAL N.º 001/2024

**CÓD: OP-141DZ-24
7908403566600**

Língua Portuguesa

1. Análise e interpretação de texto (compreensão geral do texto; ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor; argumentação, elementos de coesão, inferências, estrutura e organização do texto e dos parágrafos)	7
2. Som e fonema; Encontros vocálicos e consonantais; Dígrafo; Divisão silábica	14
3. Ortografia Oficial.....	16
4. Acentuação gráfica.....	17
5. Classes de palavras e seus empregos.....	18
6. Sintaxe da oração e do período; Tipos de Subordinação e Coordenação	24
7. Concordância nominal e verbal	28
8. Regência Verbal e Nominal	30
9. Emprego de sinal indicativo de crase.....	32
10. Sentido Conotativo e Denotativo; Relações de homonímia e paronímia	32
11. Tipologia textual	35
12. Pontuação	36
13. Estrutura e Processos de Formação de palavras.....	37

Raciocínio Lógico e Matemática

1. Conceitos básicos de raciocínio lógico: estruturas lógicas, proposições, valores lógicos das proposições, sentenças abertas, número de linhas da tabela verdade, conectivos, proposições simples, proposições compostas. Tautologia	45
2. Lógicas de argumentação e diagramas lógicos	48
3. Operação com conjuntos	53
4. Cálculos com porcentagens	55
5. Resolução de situações-problema	56
6. Equações e funções matemáticas (1º grau, 2º grau, exponencial)	59
7. Razão, proporção	67
8. Sequências numéricas	69
9. Análise combinatória	72
10. Estatística descritiva.....	76
11. Áreas e volumes.....	78

Conhecimentos Gerais

1. Noções gerais sobre História, Cultura, Geografia e Turismo em escala municipal, estadual e nacional.....	87
2. Atualidades sobre política, economia, sociedade, cultura, direitos humanos, esportes, ciência e tecnologia, meio ambiente e sustentabilidade, segurança, saúde e obras públicas	109

Conhecimentos Específicos Técnico Em Enfermagem

1. Modelo de Atenção à Saúde	111
2. Prevenção e Promoção à Saúde	114
3. Qualidade e Segurança do Paciente	116

ÍNDICE

4. Estratégia Saúde da Família; A enfermagem e o cuidado na saúde da família	121
5. Processo saúde-doença do indivíduo, da família e coletividade.....	125
6. SIAB como instrumento de trabalho da Estratégia Saúde da Família	127
7. Atribuições do auxiliar/técnico de enfermagem.....	128
8. A visita domiciliar no contexto de Saúde da Família.....	136
9. Fases do planejamento, organização e controle do serviço de enfermagem	141
10. Planejamento estratégico como instrumento de gestão e assistência	150
11. Biossegurança	155
12. Promoção da saúde e segurança no trabalho.....	161
13. Educação em Saúde	164
14. Processamento e reprocessamento de materiais médico-hospitalares	166
15. Saúde da criança: ações de enfermagem na promoção da saúde infantil; Parâmetros de crescimento e desenvolvimento infantil nas diferentes faixas etárias; Recém-nascido de risco e crianças de baixo peso; Enfermagem em Pediatria; Aleitamento materno; Patologias e transtornos comuns na infância; Assistência de enfermagem à criança com diarreia aguda e/ou desidratação	174
16. SISVAN.....	185
17. Saúde da mulher: assistência de enfermagem no pré-natal, parto e puerpério; Distúrbios ginecológicos da puberdade até o climatério; Sexualidade da mulher e autocuidado	186
18. Saúde da mulher no curso da vida.....	196
19. Temas relacionados à saúde do adulto e do idoso	202
20. Cuidados de enfermagem no atendimento das necessidades básicas do cliente/paciente	207
21. Ações que visam a prevenção, tratamento e controle de doenças infecciosas e infectocontagiosas	211
22. Ações que visam a prevenção, tratamento e controle de doenças agudas e crônicas	214
23. Necessidades nutricionais nos diferentes períodos da vida	218
24. Prevenção e tratamento de lesões de pele.....	222
25. O processo de envelhecimento nos aspectos fisiológicos, sociais e patológicos.....	227
26. Temas relacionados à Vigilância Epidemiológica	230
27. Prevenção e controle das doenças transmissíveis na Saúde Pública	234
28. Perfil epidemiológico das comunidades	237
29. Vigilância em saúde	241
30. Aspectos gerais das imunizações	243
31. Temas relacionados à saúde mental	250
32. Prevenção, tratamento e controle de transtornos mentais e de comportamento.....	256
33. História das Políticas de Saúde no Brasil.....	259
34. Saúde Coletiva (Pública).....	263
35. Sistema Único de Saúde (SUS)	267
36. Sistema de Informação em Saúde.....	285
37. Noções básicas de plantão hospitalar.....	288
38. Atendimento de enfermagem em urgência e emergência: cardiovascular, respiratória, metabólica, ginecológica e obstétrica, psiquiátrica, pediátrica, no trauma, entre outras	290
39. Política Nacional de Atenção Básica.....	292
40. Código de ética e legislação profissional.....	320

LÍNGUA PORTUGUESA

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO (COMPREENSÃO GERAL DO TEXTO; PONTO DE VISTA OU IDEIA CENTRAL DEFENDIDA PELO AUTOR; ARGUMENTAÇÃO, ELEMENTOS DE COESÃO, INFERÊNCIAS, ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS)

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

— Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

— Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os

elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

— Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

— Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

– Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

– Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

– Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre

a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

– Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

– Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

– Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

— Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação

de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

– Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

– Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

Exemplo indutivo: “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

– Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.
- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.
- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

– Exemplos Práticos de Argumentação

- Texto Argumentativo (Artigo de Opinião): Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- Texto Literário: Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

– Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

1. Avalie a pertinência dos argumentos: Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?

2. Verifique a solidez da lógica: O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?

3. Observe a diversidade de fontes: O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

4. Considere os contra-argumentos: O autor reconhece e refuta pontos de vista contrários? Isso fortalece ou enfraquece a defesa da tese?

– Elementos de Coesão

Os elementos de coesão são os recursos linguísticos que garantem a conexão e a fluidez entre as diferentes partes de um texto. Eles são essenciais para que o leitor compreenda como as ideias estão relacionadas e para que o discurso seja entendido de forma clara e lógica. Em termos práticos, a coesão se refere à capacidade de manter as frases e parágrafos interligados, criando uma progressão lógica que permite ao leitor seguir o raciocínio do autor sem perder o fio condutor.

A coesão textual pode ser alcançada por meio de diversos mecanismos, como o uso de conectivos, pronomes, elipses e sinônimos, que evitam repetições desnecessárias e facilitam a transição entre as ideias. Em textos argumentativos e dissertativos, esses elementos desempenham um papel fundamental na organização e no desenvolvimento da argumentação.

– Tipos de Coesão

Os principais tipos de coesão podem ser divididos em coesão referencial, coesão sequencial e coesão lexical. Cada um deles envolve diferentes estratégias que contribuem para a unidade e a clareza do texto.

1. Coesão Referencial

A coesão referencial ocorre quando um elemento do texto remete a outro já mencionado, garantindo que as ideias sejam retomadas ou antecipadas sem a necessidade de repetição direta. Isso pode ser feito por meio de pronomes, advérbios ou outras expressões que retomam conceitos, pessoas ou objetos mencionados anteriormente.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS DE RACIOCÍNIO LÓGICO: ESTRUTURAS LÓGICAS, PROPOSIÇÕES, VALORES LÓGICOS DAS PROPOSIÇÕES, SENTENÇAS ABERTAS, NÚMERO DE LINHAS DA TABELA VERDADE, CONECTIVOS, PROPOSIÇÕES SIMPLES, PROPOSIÇÕES COMPOSTAS. TAUTOLOGIA

Um predicado é uma sentença que contém um número limitado de variáveis e se torna uma proposição quando são dados valores às variáveis matemáticas e propriedades quaisquer a outros tipos.

Um predicado, de modo geral, indica uma relação entre objetos de uma afirmação ou contexto.

Considerando o que se conhece da língua portuguesa e, intuitivamente, predicados dão qualidade aos sujeitos, relacionam os sujeitos e relacionam os sujeitos aos objetos.

Para tal, são usados os conectivos lógicos $\neg, \Rightarrow, \rightarrow, \wedge, \vee$, mais objetos, predicados, variáveis e quantificadores.

Os objetos podem ser concretos, abstratos ou fictícios, únicos (atômicos) ou compostos.

Logo, é um tipo que pode ser desde uma peça sólida, um número complexo até uma afirmação criada para justificar um raciocínio e que não tenha existência real!

Os argumentos apresentam da lógica dos predicados dizem respeito, também, àqueles da lógica proposicional, mas adicionando as qualidades ao sujeito.

As palavras que relacionam os objetos são usadas como quantificadores, como um objeto está **sobre** outro, um é **maior** que o outro, a **cor** de um é diferente da cor do outro; e, com o uso dos conectivos, as sentenças ficam mais complexas.

Por exemplo, podemos escrever que um objeto é maior que outro e eles têm cores diferentes.

Somando as variáveis aos objetos com predicados, as variáveis definem e estabelecem fatos relativos aos objetos em um dado contexto.

Vamos examinar as características de argumentos e sentenças lógicas para adentrarmos no uso de quantificadores.

No livro Discurso do Método de René Descartes, encontramos a afirmação: "(1ª parte): "...a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem uns mais racionais que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem."

Cabe aqui, uma rápida revisão de conceitos, como o de **argumento**, que é a afirmação de que um grupo de proposições gera uma proposição final, que é consequência das primeiras. São ideias lógicas que se relacionam com o propósito de esclarecer pontos de pensamento, teorias, dúvidas.

Seguindo a ideia do princípio para o fim, a proposição é o início e o argumento o fim de uma explanação ou raciocínio, portanto essencial para um pensamento lógico.

A proposição ou sentença a é uma oração declarativa que poderá ser classificada somente em verdadeira ou falsa, com sentido completo, tem sujeito e predicado.

Por exemplo, e usando informações multidisciplinares, são proposições:

I – A água é uma molécula polar;

II – A membrana plasmática é lipoprotéica.

Observe que os exemplos acima seguem as condições essenciais que uma proposição deve seguir, i.e., dois axiomas fundamentais da lógica, [1] o princípio da não contradição e [2] o princípio do terceiro excluído, como já citado.

O princípio da não contradição afirma que uma proposição não ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

O princípio do terceiro excluído afirma que toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, jamais uma terceira opção.

Após essa pequena revisão de conceitos, que representaram os tipos de argumentos chamados válidos, vamos especificar os conceitos para construir argumento inválidos, falaciosos ou sofisma.

— Proposições simples e compostas

Para se construir as premissas ou hipóteses em um argumento válido logicamente, as premissas têm extensão maior que a conclusão. A primeira premissa é chamada de maior e a mais abrangente, e a menor, a segunda, possui o sujeito da conclusão para o silogismo; e das conclusões, temos que:

I – De duas premissas negativas, nada se conclui;

II – De duas premissas afirmativas não pode haver conclusão negativa;

III – A conclusão segue sempre a premissa mais fraca;

IV – De duas premissas particulares, nada se conclui.

As premissas funcionam como proposições e podem ser do tipo simples ou composta. As compostas são formadas por duas ou mais proposições simples interligadas por um "conectivo".

Uma proposição/premissa é toda oração declarativa que pode ser classificada em verdadeira ou falsa ou ainda, um conjunto de palavras ou símbolos que exprimem um pensamento de sentido completo.

Características de uma proposição:

I – Tem sujeito e predicado;

II – É declarativa (não é exclamativa nem interrogativa);

III – Tem um, e somente um, dos dois valores lógicos: ou é verdadeira ou é falsa.

É regida por princípios ou axiomas:

I – **Princípio da não contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

II – Princípio do terceiro excluído: toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, isto é, verifica-se sempre um destes casos e nunca um terceiro.

Exemplos:

- A água é uma substância polar.
- A membrana plasmática é lipoprotéica.
- As premissas podem ser unidas via conectivos mostrados na tabela abaixo e já mostrado acima. São eles:

Proposição	Forma	Símbolo
Negação	Não	\neg
Disjunção não exclusiva	ou	\vee
Conjunção	e	\wedge
Condicional	Se... então	\rightarrow
Bicondicional	Se e somente se	\leftrightarrow

— Tabelas verdade

1 – Negação

A partir de uma proposição p qualquer, pode-se construir outra, a negação de p , cujo símbolo é $\neg p$.

Exemplos:

- A água é uma substância não polar.
- A membrana plasmática é não lipoprotéica.
- Tabela-verdade para p e $\neg p$.

p	$\neg p$
V	F
F	V

Os símbolos lógicos para construção de proposições compostas são: \wedge (lê-se e) e \vee (lê-se ou).

2. Conectivo \wedge :

Colocando o conectivo \wedge entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \wedge q$, denominada conjunção das sentenças.

Exemplos:

- p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.
- q : o aminoácido fenilalanina é apolar.
- $p \wedge q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica e o aminoácido fenilalanina é apolar.

Tabela-verdade para a conjunção

Axioma: a conjunção é verdadeira se, e somente se, ambas as proposições são verdadeiras; se ao menos uma delas for falsa, a conjunção é falsa.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

3. Conectivo \vee :

Colocando o conectivo \vee entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \vee q$, denominada disjunção das sentenças.

Exemplos:

- p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.
- q : substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.
- $p \vee q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica ou substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.

Tabela-verdade para a disjunção

Axioma: a disjunção é verdadeira se ao menos das duas proposições for verdadeira; se ambas forem falsas, então a disjunção é falsa.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Símbolos lógicos para sentenças condicionais são: se ...então... (símbolo \rightarrow); ...se, e somente se, ... (símbolo \leftrightarrow).

4. Condicional \rightarrow

O condicional \rightarrow colocado entre p e q , obtém-se uma nova proposição $p \rightarrow q$, que se lê :se p então q , ' p é condição necessária para q ' e ' q é condição suficiente para p '
 p é chamada antecedente e q é chamada de conseqüente.

Exemplos:

- p : o colesterol é apolar.
- q : o colesterol penetra a bicamada lipídica.
- $p \rightarrow q$: se o colesterol é apolar, então o colesterol penetra a bicamada lipídica.



Tabela-verdade para a condicional \rightarrow

Axioma: o condicional $p \rightarrow q$ é falsa somente quando p é verdadeira e q é falsa, caso contrário, $p \rightarrow q$ é verdadeira.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

5. Condicional \leftrightarrow

O condicional \leftrightarrow colocado entre p e q , obtém-se uma nova proposição $p \leftrightarrow q$ que se lê : p se, somente se, q , ' q é condição necessária e suficiente para p ' e 'se p , então q e reciprocamente'

Exemplos:

p : o colesterol é uma substância apolar.

q : o colesterol não é solúvel em água.

$p \leftrightarrow q$: o colesterol é uma substância apolar se, e somente se, o colesterol não é solúvel em água.

Tabela-verdade para a condicional \leftrightarrow

Axioma: o condicional \leftrightarrow é verdadeiro somente quando p e q são ambas verdadeiras ou ambas são falsas.

p	q	$p \leftrightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	V

— Equivalências

O nome equivalência deriva de igualdade ou coisas que se equivalem, e dentro de coisas, entenda-se também, raciocínio.

Em termos de lógica, se duas proposições possuem o mesmo resultado para suas tabelas-verdade, elas são ditas equivalentes e se escreve $p=q$. o caso mais simples se verifica na negação da negação de uma proposição, i.e., $\sim(\sim p)$. como exemplo veja a tabela-verdade abaixo.

p	q	$p \vee q$	$\sim(p \vee q)$	$\sim p \wedge \sim q$
V	V	V	F	F
V	F	V	F	F
F	V	V	F	F
F	F	F	V	V

Logo, $\sim(p \vee q)$ e $\sim p \wedge \sim q$, são proposições equivalentes.

Temos, dentro do raciocínio lógico as equivalências básicas cujas deduções são lógicas e diretas:

I – $p \wedge p = p$

II – $p \vee p = p$

III – $p \wedge q = q \wedge p$

IV – $p \vee q = q \vee p$

Para mostrar a lógica simples das sentenças acima, pense que, para (I), se algo escrevermos que *estudar matemática é bom* e que *estudar matemática é bom*, logicamente, deduzimos que *estudar matemática é bom!!*

— Leis de Morgan

Dentro das equivalências, existem as equivalências ou leis de Morgan que se referem às negações das proposições do tipo *negação da conjunção* e sua equivalência com a *disjunção*, como segue:

$\sim(p \wedge q) = \sim p \vee \sim q$

— Tautologia, Contradição e Contingência

As proposições compostas podem ser classificadas de acordo com o seu valor lógico final, considerando todas as possíveis combinações de valores lógicos das proposições simples que as compõem. Essa classificação é fundamental para entender a validade de argumentos lógicos:

– Tautologia

Uma tautologia é uma proposição composta cujo valor lógico final é sempre verdadeiro, independentemente dos valores das proposições simples que a compõem. Em outras palavras, não importa se as proposições simples são verdadeiras ou falsas; a proposição composta será sempre verdadeira. Tautologias ajudam a validar raciocínios. Se uma proposição complexa é tautológica, então o argumento que a utiliza é logicamente consistente e sempre válido.

Exemplo: A proposição “ p ou não- p ” (ou $p \vee \sim p$) é uma tautologia porque, seja qual for o valor de p (verdadeiro ou falso), a proposição composta sempre terá um resultado verdadeiro. Isso reflete o Princípio do Terceiro Excluído, onde algo deve ser verdadeiro ou falso, sem meio-termo.

– Contradição

Uma contradição é uma proposição composta que tem seu valor lógico final sempre falso, independentemente dos valores lógicos das proposições que a compõem. Assim, qualquer que seja o valor das proposições simples, o resultado será falso. Identificar contradições em um argumento é essencial para determinar inconsistências lógicas. Quando uma proposição leva a uma contradição, isso significa que o argumento em questão não pode ser verdadeiro.

Exemplo: A proposição “ p e não- p ” (ou $p \wedge \sim p$) é uma contradição, pois uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Esse exemplo reflete o Princípio da Não Contradição, que diz que uma proposição não pode ser simultaneamente verdadeira e falsa.

– Contingência

Uma contingência é uma proposição composta cujo valor lógico final pode ser tanto verdadeiro quanto falso, dependendo dos valores das proposições simples que a compõem. Diferente-



LÓGICAS DE ARGUMENTAÇÃO E DIAGRAMAS LÓGICOS

LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO

A retórica é um conjunto de técnicas para persuadir através do discurso ou o estudo e a prática da argumentação.

O conjunto de técnicas implica em conhecimentos teóricos e práticas para atingir um objetivo.

A retórica se refere às técnicas que permitem persuadir ou convencer através do discurso, que tem como intuito, convencer unicamente através do uso da palavra.

A obra *Retórica*, de Aristóteles contém as bases do raciocínio retórico como argumentativo. De acordo com Aristóteles, a retórica parece ser capaz de descobrir os meios de persuasão relativos a cada assunto.

A retórica, defende Aristóteles, é aplicável a qualquer assunto, apesar de não ter um objeto determinado, exerce-se num âmbito muito definido, o âmbito do discurso feito em público com fins persuasivos.

Aristóteles distingue três espécies de discurso público:

I – O discurso deliberativo ou político, que decorre numa assembleia ou conselho e visa mostrar a vantagem ou desvantagem de uma ação, é exortativo;

II – O discurso judicial ou forense, que decorre perante um tribunal e visa mostrar a justiça ou injustiça do que foi feito, é de acusação ou de defesa;

III – É o discurso demonstrativo, que se destina a louvar ou a censurar uma pessoa ou coisa, mostrando a virtude ou defeito.

A Retórica é, para Aristóteles, uma arte que o orador pode aperfeiçoar. Para isso, dispõe de meios de persuasão, técnicos e determina-se a partir de três domínios distintos e constituem-se igualmente em três tipos de estratégias argumentativas.

São elas:

1 – O **ethos**: que remete para o carácter do orador;

2 – O **pathos**: que implica o estado emocional do auditório despertado pelo orador;

3 – O **logos** [argumento]: que assenta na própria argumentação.

Citamos os três tipos para satisfazer a curiosidade e trazer mais erudição ao texto, mas o que interessa para os concursos relacionados ao ensino médio, é o caso 3.

No caso 1 obtém-se a persuasão quando o próprio discurso e a notoriedade causam, nos ouvintes, a impressão de que o orador é digno de confiança. Para inspirar confiança, o orador deve mostrar inteligência e racionalidade, um carácter virtuoso, disposição e gostar do que está fazendo.

No caso 2 obtém-se a persuasão quando o próprio discurso suscita nos ouvintes sensação receptiva.

No caso 3 obtém-se a persuasão por meio de argumentos verdadeiros ou prováveis que levam os ouvintes e/ou leitores, a acreditar que a perspectiva do comunicador é correta. Uma estratégia centrada no *logos* (os argumentos e a sua apresentação) é dirigida à racionalidade do auditório.

mente das tautologias e contradições, que são invariavelmente verdadeiras ou falsas, as contingências refletem casos em que o valor lógico não é absoluto e depende das circunstâncias. Identificar contradições em um argumento é essencial para determinar inconsistências lógicas. Quando uma proposição leva a uma contradição, isso significa que o argumento em questão não pode ser verdadeiro.

Exemplo: A proposição “se p então q” (ou $p \rightarrow q$) é uma contingência, pois pode ser verdadeira ou falsa dependendo dos valores de p e q. Caso p seja verdadeiro e q seja falso, a proposição composta será falsa. Em qualquer outra combinação, a proposição será verdadeira.

Exemplo:

4. (CESPE) Um estudante de direito, com o objetivo de sistematizar o seu estudo, criou sua própria legenda, na qual identificava, por letras, algumas afirmações relevantes quanto à disciplina estudada e as vinculava por meio de sentenças (proposições). No seu vocabulário particular constava, por exemplo:

P: Cometeu o crime A.

Q: Cometeu o crime B.

R: Será punido, obrigatoriamente, com a pena de reclusão no regime fechado.

S: Poderá optar pelo pagamento de fiança.

Ao revisar seus escritos, o estudante, apesar de não recordar qual era o crime B, lembrou que ele era inafiançável. Tendo como referência essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

A sentença $(P \rightarrow Q) \leftrightarrow ((\sim Q) \rightarrow (\sim P))$ será sempre verdadeira, independentemente das valorações de P e Q como verdadeiras ou falsas.

() CERTO

() ERRADO

Resolução:

Considerando P e Q como V.

$(V \rightarrow V) \leftrightarrow ((F) \rightarrow (F))$

$(V) \leftrightarrow (V) = V$

Considerando P e Q como F

$(F \rightarrow F) \leftrightarrow ((V) \rightarrow (V))$

$(V) \leftrightarrow (V) = V$

Então concluímos que a afirmação é verdadeira.

Resposta: Certo.

CONHECIMENTOS GERAIS

NOÇÕES GERAIS SOBRE HISTÓRIA, CULTURA, GEOGRAFIA E TURISMO EM ESCALA MUNICIPAL, ESTADUAL E NACIONAL

Aspectos históricos, geográficos, econômicos e políticos Do Brasil

As Regionalizações Do Território Brasileiro¹

A regionalização pode ser entendida como a divisão de um território em áreas que apresentam características semelhantes, de acordo com um critério preestabelecido pelo grupo de pessoas responsáveis por tal definição: aspectos naturais, econômicos, políticos e culturais, entre tantos outros.

Portanto, regionalizar significa identificar determinado espaço como uma unidade que o distingue dos demais lugares o seu redor.

A divisão de um território em regiões auxilia no planejamento das atividades do poder público, tanto nas questões sociais quanto econômicas, já que permite conhecer melhor aquela porção territorial.

O governo e as entidades privadas podem executar projetos regionais, considerando o número de habitantes de cada região, as condições de vida de sua população, as áreas com infraestrutura precária de abastecimento de água, esgoto tratado, energia elétrica, entre outros.

Os Critérios de Divisão Regional do Território

O Brasil é um país muito extenso e variado. Cada lugar apresenta suas particularidades e existem muitos contrastes sociais, naturais e econômicos.

Como cada região diferencia-se das demais com base em suas características próprias, a escolha do critério de regionalização é muito importante.

Um dos critérios utilizados para regionalizar o espaço pode ser relacionado a aspectos naturais, como clima, relevo, hidrografia, vegetação, etc.

A regionalização também pode ser feita com base em aspectos sociais, econômicos ou culturais. Cada um apresenta uma série de possibilidades: regiões demográficas, uso do solo e regiões industrializadas, entre outras.

As Regiões Geoeconômicas

A fim de compreender melhor as diferenças econômicas e sociais do território brasileiro, na década de 1960, surgiu uma proposta de regionalização que dividiu o espaço em **regiões geoeconômicas**, criada pelo geógrafo Pedro Geiger.

¹ FURQUIM Junior, Laercio. *Geografia cidadã*. 1ª edição. São Paulo: Editora AJS, 2015.

TERRA, Lygia. *Conexões: estudos de geografia geral e do Brasil* – Lygia Terra; Regina Araújo; Raul Borges Guimarães. 2ª edição. São Paulo: Moderna, 2013.

Nessa regionalização, o critério utilizado foi o nível de desenvolvimento, características semelhantes foram agrupadas dentro da mesma região. De acordo com esse critério, o Brasil está dividido em três grandes regiões: **Amazônia, Nordeste e Centro-Sul**, como pode observar-se no mapa a seguir.

Brasil: regiões geoeconômicas



Elaborado por: Santiago Alves de Siqueira - www.santiago.pro.br

http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/uploads/5/normal_brasilgeoeconomico.jpg

Os limites da Amazônia correspondem à área de cobertura original da Floresta Amazônica. Essa região é caracterizada pelo baixo índice de ocupação humana e pelo extrativismo vegetal e mineral.

Nas últimas décadas, a Amazônia vem sofrendo com o desmatamento de boa parte de sua cobertura original para a implantação de atividades agropecuárias, como o cultivo de soja e a criação de gado.

A região Nordeste é tradicionalmente caracterizada pela grande desigualdade socioeconômica. Historicamente, essa região é marcada pela presença de uma forte elite composta basicamente por grandes proprietários de terra, que dominam também o cenário político local.

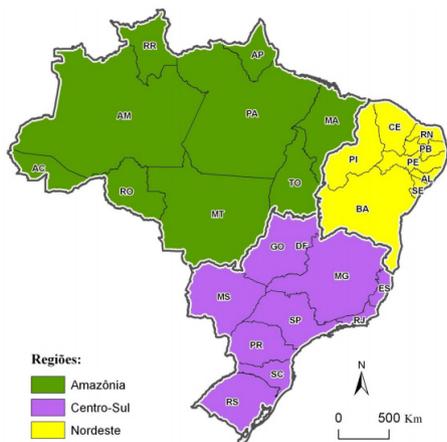
A região Centro-Sul é marcada pela concentração industrial e urbana. Além disso, apresenta elevada concentração populacional e a maior quantidade e diversidade de atividades econômicas.

Essa proposta de divisão possibilita a identificação de desigualdades socioeconômicas e de diferentes graus de desenvolvimento econômico do território nacional.

Seus limites territoriais não coincidem com os dos estados. Assim, partes do mesmo estado que apresentam distintos graus de desenvolvimento podem ser colocadas em regiões diferentes. Porém, esses limites não são imutáveis: caso as atividades econômicas, as quais influenciam as áreas do território, passem por alguma modificação, a configuração geoeconômica também pode mudar.

Outras Propostas de Regionalização

Regionalização do Brasil por Roberto Lobato Corrêa



http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Rita/flg386/2s2016/Regionalizacoes_do_Brasil.pdf

Outro geógrafo, chamado Roberto Lobato Corrêa, também fez uma proposta de regionalização que dividia o território em três: Amazônia, Centro-Sul e Nordeste.

No entanto, em sua proposta ele respeitava os limites territoriais dos estados, diferentemente da proposta das regiões geoeconômicas que acabamos de observar acima.

Regionalização do Brasil por Milton Santos



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1551&evento=5>

Os geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira propuseram outra regionalização para o Brasil, que divide o território em quatro regiões: Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste e Concentrada.

Essa divisão foi feita com base no grau de desenvolvimento científico, técnico e informacional de cada lugar e sua influência na desigualdade territorial do país.

A região Concentrada apresenta os níveis mais altos de concentração de técnicas, meios de comunicação e população, além de altos índices produtivos.

Já a região Centro-Oeste caracteriza-se pela agricultura moderna, com elevado consumo de insumos químicos e utilização de tecnologia agrícola de ponta.

A região Nordeste apresenta uma área de povoamento antigo, agricultura com baixos níveis de mecanização e núcleos urbanos menos desenvolvidos do que no restante do país. Por fim, a Amazônia, que foi a última região a ampliar suas vias de comunicação e acesso, possui algumas áreas de agricultura moderna.

As Regiões do Brasil ao Longo do Tempo

Os estudos da Divisão Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) tiveram início em 1941. O objetivo principal deste trabalho foi o de sistematizar as várias divisões regionais que vinham sendo propostas, de forma que fosse organizada uma única divisão regional do Brasil para a divulgação das estatísticas brasileiras.

A proposta de regionalização de 1940 apresentava o território dividido em cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Este (Leste), Sul e Centro. Essa divisão era baseada em critérios tanto físicos como socioeconômicos.

Regionalização do Brasil → década de 1940



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1557&evento=5>

IBGE e a Proposta de Regionalização

O IBGE surgiu em 1934 com a função de auxiliar o planejamento territorial e a integração nacional do país. Consequentemente, a proposta de regionalização criada pelo IBGE baseava-se na assistência à elaboração de políticas públicas e na tomada de decisões no que se refere ao planejamento

territorial, por meio do estudo das estruturas espaciais presentes no território brasileiro. Observe a regionalização do IBGE de 1940 no mapa acima.

Regionalização do Brasil → década de 1950



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1558&evento=5>

Na década de 1950, uma nova regionalização foi proposta, a qual levava em consideração as mudanças no território brasileiro durante aqueles anos.

Foram criados os territórios federais de Fernando de Noronha, Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguazu – esses dois últimos posteriormente extintos.

Note também que a denominação das regiões foi alterada e que alguns estados, como Minas Gerais, mudaram de região.

Regionalização do Brasil → década de 1960



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1560&evento=5>

Na década de 1960, houve a inauguração da nova capital federal, Brasília. Além disso, o Território de Guaporé passou a se chamar Território de Rondônia e foi criado o estado da Guanabara. Observe o mapa a seguir.

Regionalização do Brasil → década de 1970



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1561&evento=5>

Na década de 1970, o Brasil ganha o desenho regional atual. É criada a região Sudeste, que abriga os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

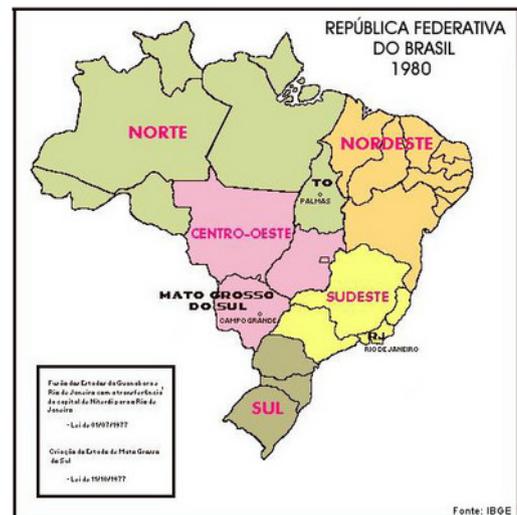
O Acre é elevado à categoria de estado e o Território Federal do Rio Branco recebe o nome de Território Federal de Roraima.

A regionalização da década de 1980 mantém os mesmos limites regionais. No entanto, ocorre a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e a criação do estado do Mato Grosso do Sul.

A mudança nas regionalizações ao longo dos anos é fruto do processo de transformação espacial como resultado das ações do ser humano na natureza.

Assim, reflete a organização da produção em função do desenvolvimento industrial.

Regionalização do Brasil → década de 1980



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1562&evento=5>

A Regionalização Oficial do Brasil Atual

A regionalização oficial do Brasil é a de 1990 e apresenta as modificações instituídas com a criação da Constituição de 1988.

Os territórios de Roraima e Amapá são elevados à categoria de estado (o território de Rondônia já havia sofrido essa mudança em 1981); é criado o estado de Tocantins; e é extinto o Território Federal de Fernando de Noronha, que passa a ser incorporado ao estado de Pernambuco.

Regionalização oficial do Brasil atual



<http://alunosonline.uol.com.br/geografia/regionalizacao-brasil.html>

É importante refletir sobre a regionalização atual proposta pelo IBGE, já que ela não apresenta uma solução definitiva para a compreensão dos fenômenos do território brasileiro.

A produção do espaço é um processo complexo, resultado da interação de diferentes fatores e não pode ser encaixada dentro de uma categoria única e específica.

A atual divisão regional obedece aos limites dos estados brasileiros, mas não necessariamente aos limites naturais e humanos das paisagens, os quais, muitas vezes, não são tão evidentes.

É o caso, por exemplo, do Maranhão. Grande parte de seu território apresenta características naturais comuns à região Norte, principalmente devido à presença da Floresta Amazônica. Além disso, o estado apresenta fortes marcas culturais que também remetem ao Norte, como a tradicional festa do Boi-Bumbá.

No entanto, segundo a regionalização oficial, o Maranhão faz parte da região Nordeste.

Região e Planejamento

A divisão do território brasileiro em regiões definidas pelo IBGE teve como objetivo facilitar a implantação de políticas públicas que estimulassem o desenvolvimento de cada região.

Um dos aspectos marcantes do espaço geográfico brasileiro é a disparidade regional. Isso significa que as diferentes regiões possuem níveis distintos de desenvolvimento. Uma das principais causas dessa disparidade é a concentração da industrialização no Centro-Sul do país.

Para promover o desenvolvimento de regiões consideradas socioeconomicamente estagnadas, o governo brasileiro empreendeu um programa federal baseado na criação de instituições locais fincadas nesse objetivo, como é o caso da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

É o que veremos abaixo.

O Estado Brasileiro e o Planejamento Regional

No século XX, a concentração espacial das indústrias na região Sudeste impactou de maneira negativa as estruturas produtivas de outras regiões brasileiras.

Para promover a desconcentração da economia, foram criadas políticas de integração e de desenvolvimento regional.

Território e Políticas Públicas

Por meio das políticas de desenvolvimento regional, propunha-se a implantação de infraestruturas nas regiões menos desenvolvidas, com a finalidade de atrair investimentos e aumentar a oferta de empregos.

O desenvolvimento industrial iniciado na década de 1930 transformou, ao mesmo tempo, a economia e a geografia do Brasil.

No plano da economia, o modelo agroexportador foi, aos poucos, sendo substituído pelo modelo urbano e industrial que vigora no país até hoje. No plano da geografia, as diferentes regiões brasileiras passaram a se articular de maneira cada vez mais intensa, de forma a prover tanto a matéria-prima quanto a força de trabalho necessárias à produção industrial fortemente concentrada na Região Sudeste.

Esse novo contexto de industrialização e de integração nacional tornou, evidente a desigualdade de desenvolvimento entre as regiões brasileiras. O crescimento da economia da Região Sudeste contrastava vivamente com a estagnação da economia nordestina. No Nordeste, diante do desemprego resultante do declínio das atividades nas lavouras de cana-de-açúcar e nas indústrias têxteis, dos baixos salários e da concentração de terras nas mãos de poucos, muitos optaram por tentar a vida em outras regiões do país.

A Região Nordeste transformou-se em grande fornecedora de mão de obra para os principais centros urbanos e industriais do país. São Paulo tornou-se o principal destino dos migrantes nordestinos: na década de 1940, eles foram responsáveis por cerca de 60 do incremento populacional ocorrido na cidade.

Para combater a desigualdade, o governo federal lançou políticas de desenvolvimento regional. Por meio delas, esperava-se promover a desconcentração da economia, atraindo investimentos e ampliando a oferta de empregos nas regiões menos desenvolvidas. As regiões selecionadas receberiam

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Técnico Em Enfermagem

MODELO DE ATENÇÃO À SAÚDE

Os modelos de atenção à saúde são estruturas fundamentais que orientam a organização e a operacionalização dos sistemas de saúde. Eles definem os princípios, estratégias e ações destinadas a atender às necessidades de saúde da população, garantindo acesso equitativo, qualidade no atendimento e sustentabilidade dos serviços. No Brasil, o tema ganha especial relevância devido à complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e à diversidade socioeconômica e geográfica do país.

Historicamente, a atenção à saúde esteve fortemente vinculada ao modelo biomédico, caracterizado por um enfoque curativo e fragmentado. No entanto, a evolução das demandas populacionais, o aumento das doenças crônicas e a necessidade de promover ações de prevenção e promoção à saúde evidenciaram a importância de modelos mais integrados, como o biopsicossocial. Esses modelos buscam não apenas tratar doenças, mas também compreender o indivíduo em seu contexto social, psicológico e cultural, reforçando a integralidade do cuidado.

No contexto brasileiro, o SUS adota princípios norteadores, como universalidade, integralidade e equidade, que influenciam diretamente na construção dos modelos de atenção. A Estratégia Saúde da Família (ESF) e as Redes de Atenção à Saúde (RAS) são exemplos práticos de esforços para implementar esses modelos, enfrentando desafios que vão desde limitações orçamentárias até a falta de integração entre os níveis de atenção.

A Estratégia Saúde da Família (ESF)

A Estratégia Saúde da Família (ESF) é um dos pilares do Sistema Único de Saúde (SUS) e representa a principal estratégia de atenção primária no Brasil. Implementada na década de 1990, a ESF surgiu como uma alternativa ao modelo tradicional fragmentado, com foco no cuidado integral e próximo da comunidade. Essa abordagem busca não apenas tratar doenças, mas promover a saúde e prevenir agravos, reforçando os princípios de universalidade, integralidade e equidade do SUS.

► Como Funciona a ESF

A ESF organiza os serviços de saúde em torno de equipes multiprofissionais, responsáveis por cuidar de uma população específica, vinculada a uma unidade básica de saúde (UBS). Cada equipe é composta por:

- **Médico generalista ou de família:** realiza diagnósticos, acompanha tratamentos e promove ações de prevenção.
- **Enfermeiro:** gerencia as ações de saúde da equipe e realiza atendimentos, especialmente relacionados à saúde coletiva.
- **Técnico de enfermagem:** auxilia nos procedimentos de enfermagem e na coleta de informações.

- **Agentes comunitários de saúde (ACS):** atuam como elo entre a UBS e a comunidade, realizando visitas domiciliares e identificando necessidades locais.

Cada equipe é responsável por um território com cerca de 3.000 a 4.000 pessoas, permitindo um acompanhamento próximo e contínuo.

► Principais Objetivos

A ESF tem como objetivo reorganizar o modelo de atenção à saúde no Brasil, aproximando o cuidado das pessoas e fortalecendo a atenção primária. Entre os principais objetivos, destacam-se:

▪ **Promoção e Prevenção da Saúde:**

- Realizar ações educativas e de conscientização.
- Reduzir fatores de risco relacionados a doenças crônicas.

▪ **Integralidade no Atendimento:**

- Tratar o indivíduo de forma holística, considerando aspectos biológicos, sociais e psicológicos.

▪ **Descentralização e Territorialização:**

- Garantir o cuidado de acordo com as necessidades específicas da comunidade local.

▪ **Redução de Internações e Custos:**

- Prevenir complicações que possam levar a hospitalizações, reduzindo o custo para o sistema de saúde.

► Impactos da ESF no SUS

▪ **Ampliação do Acesso aos Serviços de Saúde:**

Desde sua implementação, a ESF tem ampliado a cobertura de saúde, especialmente em áreas rurais e regiões com difícil acesso.

▪ **Melhoria nos Indicadores de Saúde:**

- Redução da mortalidade infantil.
- Maior controle de doenças crônicas, como hipertensão e diabetes.
- Melhoria no acompanhamento pré-natal e na saúde da mulher.

▪ **Fortalecimento da Atenção Primária:**

A ESF prioriza a atenção primária como porta de entrada do SUS, promovendo uma rede integrada e eficiente.

► Desafios Enfrentados

Embora a ESF tenha alcançado avanços significativos, há desafios persistentes que limitam sua plena eficácia:

▪ **Falta de Recursos Humanos e Infraestrutura:**

- Escassez de médicos de família em algumas regiões.
- Condições inadequadas de trabalho nas UBS, especialmente em áreas remotas.

▪ **Desigualdades Regionais:**

- Desafios para implementar a ESF em regiões mais pobres, como o Norte e Nordeste.
- Diferenças na capacidade de gestão dos municípios.

▪ **Baixa Integração com Outros Níveis de Atenção:**

- Dificuldade em articular o atendimento primário com serviços de média e alta complexidade.

▪ **Desafios Financeiros:**

- Subfinanciamento do SUS, afetando a expansão e a manutenção da estratégia.

▶ **Benefícios da ESF**

Apesar dos desafios, a ESF tem demonstrado resultados positivos para a saúde pública no Brasil:

▪ **Proximidade com a Comunidade:**

A presença de agentes comunitários fortalece o vínculo entre a população e o sistema de saúde.

▪ **Foco na Prevenção:**

Reduz a demanda por serviços de urgência e emergência, promovendo sustentabilidade para o SUS.

▪ **Humanização do Atendimento:**

Ao tratar o paciente em seu contexto, a ESF contribui para um cuidado mais acolhedor e eficaz.

▶ **Futuro da ESF**

O fortalecimento da Estratégia Saúde da Família depende de investimentos contínuos em formação de profissionais, ampliação da infraestrutura e integração com as redes de atenção à saúde. Além disso, a digitalização e o uso de novas tecnologias, como a telemedicina, podem aprimorar o acompanhamento das populações atendidas.

Com ajustes e investimentos, a ESF continua a ser uma das iniciativas mais promissoras para promover saúde de qualidade e equitativa no Brasil, sendo um modelo que inspira outras nações em seus esforços para alcançar sistemas de saúde mais eficientes e humanos.

Redes de Atenção à Saúde (RAS)

As Redes de Atenção à Saúde (RAS) representam uma estratégia organizacional voltada para superar a fragmentação dos serviços de saúde, garantindo cuidado integral, contínuo e de qualidade para os usuários. Previstas na Política Nacional de Saúde, as RAS são fundamentais para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e para a promoção de um sistema mais eficiente e equitativo.

▶ **O Que São Redes de Atenção à Saúde?**

As RAS são sistemas organizados que integram diferentes serviços e níveis de atenção (primária, secundária e terciária), estruturados de forma a garantir que o paciente receba o cuidado certo, no local certo e no momento certo. Essa integração busca:

- Facilitar o fluxo dos pacientes entre os diferentes pontos da rede.
- Assegurar a continuidade do cuidado, evitando interrupções ou sobreposição de serviços.

- Otimizar recursos, melhorando a eficiência do sistema.

As redes são organizadas em torno de necessidades específicas de saúde, como atenção à saúde materna, doenças crônicas, urgências e emergências, entre outros.

▶ **Componentes das RAS**

Para o funcionamento das Redes de Atenção à Saúde, é necessário que três componentes fundamentais estejam articulados:

Atenção Primária à Saúde (APS):

- Considerada a base da rede, a APS atua como porta de entrada preferencial do sistema e coordenadora do cuidado.
- Exemplo: Estratégia Saúde da Família (ESF).

Pontos de Atenção Secundária e Terciária:

- Incluem serviços de média e alta complexidade, como hospitais especializados, laboratórios e clínicas de reabilitação.
- Esses pontos oferecem suporte técnico e especializado, complementando o cuidado iniciado na APS.

Sistemas de Apoio Logístico e Governança:

- São responsáveis pela articulação e gestão da rede, garantindo a fluidez das informações e a efetividade dos serviços.
- Incluem ferramentas como prontuários eletrônicos, regulação de vagas e transporte sanitário.

▶ **Princípios das Redes de Atenção à Saúde**

As RAS seguem princípios orientadores que garantem sua eficácia:

- **Integralidade do Cuidado:** O paciente é visto como um todo, e não apenas como portador de uma doença.
- **Continuidade do Cuidado:** O acompanhamento ocorre de forma ininterrupta em todos os pontos da rede.
- **Regionalização:** Os serviços são organizados por territórios, garantindo proximidade e acessibilidade.
- **Centralidade no Usuário:** O sistema é desenhado para atender às necessidades da população, promovendo humanização e acolhimento.

▶ **Exemplos de Redes no Brasil**

Rede de Atenção às Urgências e Emergências:

- **Objetivo:** Garantir atendimento ágil e eficiente em situações de urgência, desde a APS até o hospital de alta complexidade.
- **Componentes:** Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), hospitais de referência e APS.

Rede Cegonha:

- Foco: Garantir assistência integral à saúde materna e neonatal.
- Componentes: Pré-natal na APS, parto em maternidades qualificadas e acompanhamento pós-parto.

Rede de Atenção às Doenças Crônicas:

- Foco: Prevenção, diagnóstico precoce e acompanhamento de condições como diabetes, hipertensão e obesidade.
- Componentes: Programas de APS, centros especializados e hospitais para controle de complicações.

► **Desafios para a Implementação das RAS**

Apesar de sua importância, a implantação das RAS enfrenta desafios significativos no Brasil:

▪ **Fragmentação dos Serviços:**

▪ Dificuldade de integração entre os níveis de atenção, principalmente entre APS e serviços de média e alta complexidade.

▪ **Desigualdades Regionais:**

▪ Disparidades na infraestrutura e na disponibilidade de recursos humanos dificultam a implantação de redes homogêneas no território nacional.

▪ **Gestão e Governança:**

▪ A gestão fragmentada entre municípios, estados e União compromete a coordenação efetiva da rede.

▪ **Subfinanciamento:**

▪ Recursos insuficientes dificultam a expansão e manutenção das redes, especialmente em regiões de baixa renda.

► **Benefícios das Redes de Atenção à Saúde**

Quando bem implementadas, as RAS oferecem inúmeros benefícios para o sistema de saúde e para a população:

▪ **Melhoria na Qualidade do Atendimento:**

Reduz a duplicidade de exames e intervenções desnecessárias, promovendo eficiência e segurança para o paciente.

▪ **Continuidade do Cuidado:**

O paciente é acompanhado ao longo de sua trajetória no sistema, evitando lacunas no atendimento.

▪ **Acesso Descentralizado:**

Promove acesso a serviços próximos à comunidade, respeitando as necessidades regionais.

▪ **Cuidado Integral:**

Assegura que o paciente receba atenção em todos os aspectos de sua saúde, indo além do tratamento de doenças.

► **Perspectivas Futuras**

O fortalecimento das RAS no Brasil depende de:

▪ **Investimentos em Infraestrutura:** Ampliação e modernização dos pontos de atenção.

▪ **Capacitação de Recursos Humanos:** Formação de profissionais com foco em trabalho integrado.

▪ **Uso de Tecnologia:** Implementação de prontuários eletrônicos e ferramentas de telemedicina para conectar os pontos da rede.

▪ **Gestão Efetiva:** Coordenação mais eficiente entre os entes federativos e maior participação social.

As Redes de Atenção à Saúde representam uma abordagem essencial para um sistema de saúde público mais equitativo, eficiente e centrado no usuário, alinhando-se aos princípios do SUS e às demandas crescentes da população brasileira.

Desafios e Perspectivas para os Modelos de Atenção à Saúde no Brasil

Os modelos de atenção à saúde no Brasil, como a Estratégia Saúde da Família (ESF) e as Redes de Atenção à Saúde (RAS), têm desempenhado papel crucial na melhoria do acesso e da qualidade dos serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, sua implementação enfrenta desafios

estruturais, financeiros e operacionais. Por outro lado, há oportunidades e perspectivas que podem alavancar a eficiência desses modelos, promovendo uma saúde pública mais equitativa e sustentável.

► **Principais Desafios**

Fragmentação do Sistema de Saúde:

▪ **Descrição:** Apesar das tentativas de integração, como a criação das RAS, o SUS ainda sofre com a falta de articulação entre os diferentes níveis de atenção (primária, secundária e terciária). Isso compromete a continuidade do cuidado e aumenta os custos com atendimentos desnecessários.

▪ **Impacto:** Dificuldade no acompanhamento de pacientes crônicos, duplicação de exames e falhas na transição entre serviços.

Desigualdades Regionais:

▪ **Descrição:** O Brasil apresenta disparidades significativas na distribuição de recursos, infraestrutura e profissionais de saúde, especialmente entre regiões mais desenvolvidas (Sudeste e Sul) e as menos favorecidas (Norte e Nordeste).

▪ **Impacto:** Populações vulneráveis enfrentam maior dificuldade de acesso a serviços básicos, o que reforça as desigualdades em saúde.

Subfinanciamento do SUS:

▪ **Descrição:** O financiamento insuficiente é um dos principais entraves para a expansão e manutenção dos modelos de atenção. Muitos municípios dependem de repasses federais, que nem sempre são suficientes para cobrir a demanda.

▪ **Impacto:** Infraestrutura deficiente, falta de medicamentos e equipamentos, além da precarização das condições de trabalho.

Gestão e Governança:

▪ **Descrição:** A descentralização do SUS, embora positiva para a gestão local, dificulta a coordenação nacional, resultando em práticas heterogêneas entre estados e municípios.

▪ **Impacto:** Falta de padronização, baixa eficiência e dificuldade de monitoramento dos resultados.

Capacitação e Fixação de Profissionais:

▪ **Descrição:** A carência de profissionais qualificados, especialmente em áreas remotas, e a dificuldade de fixar médicos e enfermeiros em regiões menos atrativas são desafios constantes.

▪ **Impacto:** Equipes de saúde incompletas, sobrecarga de trabalho e comprometimento da qualidade do atendimento.

► **Perspectivas e Oportunidades**

Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS):

▪ **Oportunidade:** Investir na Estratégia Saúde da Família e ampliar a cobertura da APS pode melhorar a prevenção de doenças e reduzir a necessidade de atendimentos em níveis de maior complexidade.

▪ **Ação Recomendada:** Expandir a ESF com foco em territórios vulneráveis e qualificar os profissionais para um cuidado mais humanizado e resolutivo.

Integração dos Serviços por Meio das RAS:

▪ **Oportunidade:** Implementar plenamente as Redes de Atenção à Saúde, garantindo a articulação entre os diferentes níveis de atenção, pode reduzir a fragmentação e melhorar a continuidade do cuidado.

▪ **Ação Recomendada:** Adotar ferramentas de gestão integrada, como prontuários eletrônicos, e fortalecer a regulação de vagas e serviços.

Uso de Tecnologia em Saúde:

▪ **Oportunidade:** A digitalização e a telemedicina têm o potencial de ampliar o acesso a cuidados de saúde, especialmente em áreas remotas.

▪ **Ação Recomendada:** Investir em plataformas digitais para consultas, monitoramento remoto de pacientes e capacitação de profissionais.

Investimentos em Educação e Capacitação:

▪ **Oportunidade:** Qualificar profissionais de saúde em práticas integradas e incentivá-los a trabalhar em regiões menos favorecidas por meio de políticas de incentivo.

▪ **Ação Recomendada:** Criar programas de formação continuada e oferecer benefícios financeiros e estruturais para fixação de profissionais.

Participação Social e Controle Social:

▪ **Oportunidade:** Engajar a sociedade no planejamento e monitoramento das políticas de saúde pode aumentar a eficiência e a transparência dos serviços.

▪ **Ação Recomendada:** Ampliar os espaços de participação, como conselhos de saúde, e promover maior diálogo com a comunidade.

Revisão do Financiamento:

▪ **Oportunidade:** Garantir maior alocação de recursos ao SUS, bem como adotar modelos de financiamento mais eficazes, pode melhorar a sustentabilidade do sistema.

▪ **Ação Recomendada:** Ampliar o orçamento da saúde pública e criar parcerias estratégicas com o setor privado, quando necessário.

▶ **Iniciativas Futuras e Inovação**

▪ **Regionalização Ampliada:**

Promover um planejamento regional mais estratégico, com ênfase na equidade, para atender às especificidades de cada território.

▪ **Parcerias Público-Privadas (PPPs):**

Explorar PPPs para modernizar a infraestrutura e ampliar a oferta de serviços em regiões com maior carência.

▪ **Foco na Promoção da Saúde:**

Ampliar campanhas de educação em saúde, com foco em hábitos saudáveis, prevenção de doenças crônicas e promoção do bem-estar.

▪ **Sustentabilidade no SUS:**

Incorporar práticas sustentáveis e inovadoras, como energia limpa em unidades de saúde e uso racional de recursos, para reduzir custos operacionais.

Os desafios enfrentados pelos modelos de atenção à saúde no Brasil, embora complexos, podem ser superados com planejamento estratégico, investimento em recursos humanos e tecnológicos e fortalecimento da governança. A busca pela integração e eficiência no cuidado, com foco na atenção primária e na equidade, representa o caminho para consolidar um sistema de saúde que atenda às reais necessidades da população brasileira.

Com esforços coordenados, o SUS pode se tornar ainda mais robusto e cumprir sua missão de oferecer saúde universal, integral e de qualidade para todos.

PREVENÇÃO E PROMOÇÃO À SAÚDE

A promoção da saúde é uma abordagem fundamental na saúde pública que visa melhorar a saúde e o bem-estar das populações, indo além da simples prevenção de doenças. A promoção da saúde busca capacitar indivíduos e comunidades para que possam exercer maior controle sobre seus determinantes de saúde, criando condições favoráveis para uma vida saudável.

— **Conceitos de Promoção da Saúde**

– **Definição de Promoção da Saúde**

A promoção da saúde pode ser definida como o processo de capacitar as pessoas para aumentar o controle sobre sua saúde e melhorá-la. De acordo com a Carta de Ottawa (1986), um dos documentos mais influentes na área, a promoção da saúde envolve a criação de condições políticas, econômicas, sociais, culturais, ambientais e comportamentais que favoreçam a saúde. A promoção da saúde não se limita à prevenção de doenças, mas abrange a melhoria do bem-estar geral, incluindo a saúde física, mental e social.

– **Determinantes da Saúde**

A promoção da saúde é baseada no conceito de determinantes da saúde, que são fatores que influenciam as condições de vida e de trabalho das pessoas e, conseqüentemente, sua saúde. Esses determinantes incluem:

- **Determinantes Sociais:** Educação, renda, emprego, status social, apoio social e segurança alimentar.

- **Determinantes Ambientais:** Condições do ambiente físico, como qualidade do ar, água potável, saneamento básico, e habitação.

- **Determinantes Econômicos:** Distribuição de renda, oportunidades econômicas e acesso a recursos.

- **Determinantes Culturais:** Valores, tradições, e crenças que influenciam os comportamentos de saúde.